

35º Encontro Anual da Anpocs

GT05: Desenvolvimento em perspectiva: teorias, experiências e projetos políticos

Título: A volta do "mercado interno de massa": O desenvolvimento brasileiro recente e a "nova classe média"

Autor: Eduardo José Diniz

A volta do "mercado interno de massa" O desenvolvimento brasileiro recente e a "nova classe média"

Eduardo José Diniz

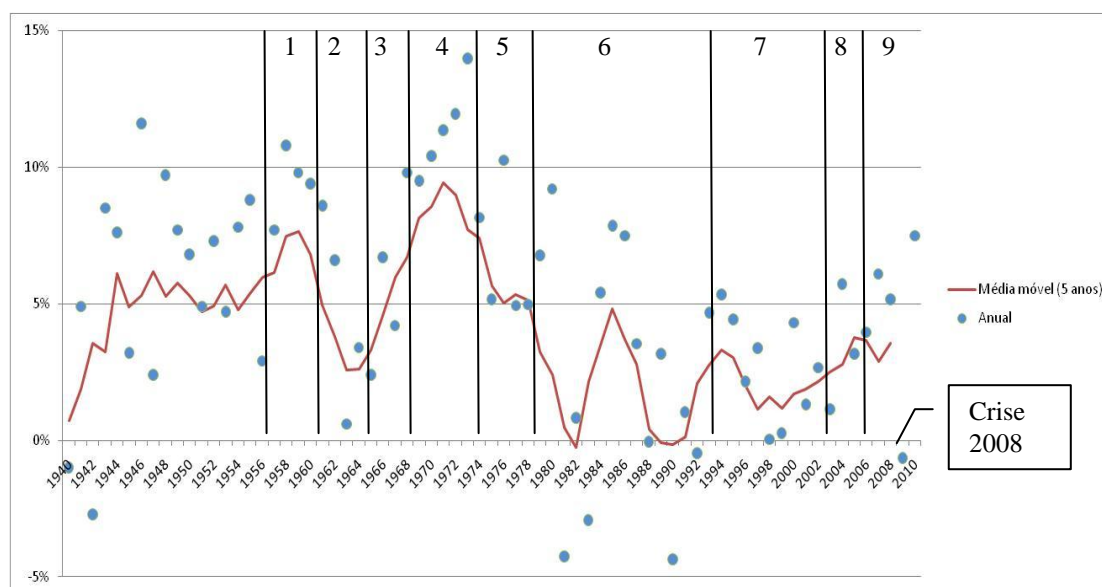
“As duas dimensões do desenvolvimento – a econômica e a cultural – não podem ser captadas senão em conjunto.”

Furtado, (1968: 18)

Introdução

O bom desempenho econômico dos últimos anos, cenário fortemente explorado durante o recente ciclo eleitoral, trouxe à tona na academia uma série de debates sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro cujos termos encontravam-se como que esquecidos desde, pelo menos, o final da década de 70.

Evolução da taxa de crescimento do PIB¹



¹ 1: Plano de Metas; 2: Govs. Jânio / Goulart; 3: PAEG; 4: “Milagre”, I PND; 5: II PND; 6: Anos 80/90 e a estabilização; 7: Plano Real e Govs. Itamar e FHC; 8: 1º Gov. Lula e; 9: PAC, 2º Gov. Lula. A média móvel refere-se aos dois anos anteriores e os dois posteriores ao ano de referência.

Os anos 80 apresentaram importante inflexão no debate sobre o desenvolvimento. Tal período, como sabido, é marcado por profundas transformações em diversos níveis: desde a crise do modelo de substituição importações e a explosão da dívida pública, passando pela redemocratização e a primeira eleição presidencial direta em mais de 20 anos, chegando à forte abertura comercial do início dos anos 90. As transformações no cenário econômico e político, tanto no país quanto no mundo, provocou um deslocamento no debate da política econômica, da agenda do desenvolvimento para a agenda da estabilização.²

No momento atual, no entanto, observa-se um deslocamento em sentido contrário. Recuperou-se o debate acerca do desenvolvimento que nas décadas finais do séc. XX parecia esquecido. O desempenho recente da economia tem grande importância nessa nova inflexão. A inflação está controlada desde a estabilização promovida pelo Plano Real e as taxas de crescimento do PIB têm se mantido consistentemente³ em níveis mais altos do que na década de 80. Decorre desse contexto a retração do debate sobre estabilização de preços e o retorno daqueles acerca do desenvolvimento.

A crise financeira de 2008 alterou a avaliação sobre a importância do papel do Estado na economia, assim como os debates que tanto a crise quanto a dinâmica política nacional suscitaram em torno do mesmo tema, trouxeram à tona uma série de transformações nos termos do debate sobre o desenvolvimento. Embora alguns dos termos tenham ressurgido como que diretamente transpostos do debate das décadas de 60 e 70, está claro que não se pode simplesmente repetir práticas antigas porque os novos significados do desenvolvimento, assim como as práticas que deles decorrem, impedem uma simples volta ao passado.

Pelo menos desde a década de 70 passou-se a incluir no debate questões relativas à eficiência das iniciativas de investimento, sob os pontos de vista econômico, ambiental

² Raposo (2008) propõe uma interpretação sociológica da formação das instituições brasileiras, principalmente aquelas voltadas à gestão econômica. A partir dela, se pode divisar um panorama das flutuações da importância relativa das diferentes instituições no cenário geral da formulação das políticas econômicas.

³ Menos sujeita ao padrão “stop and go” ou “vôo de galinha” observado na década de 80 e início dos anos 90.

e social. Assim, a agenda ambiental e social, bem como as privatizações, passaram a fazer parte do léxico do desenvolvimento.

Mais recentemente, com especial intensidade desde a crise do sistema financeiro mundial de 2008, as políticas de desenvolvimento voltaram a contemplar a importância da participação do Estado na economia. No Brasil, ganhou reforço, sobretudo, a agenda dos investimentos em infra-estrutura, o que remete às origens dos debates sobre o tema.

Mais ainda, no que diz respeito à economia mundial, ganharam proeminência em anos recentes economias que no passado não participavam ativamente da arena de debates sobre o desenvolvimento. Tal fato suscita uma conjuntura econômica substancialmente diferente daquela que vigorou nas décadas do pós-guerra. A China, em particular, apresentou, pelo menos desde os anos 80, um desenvolvimento econômico vertiginoso ao ponto de suas políticas assim como seu desempenho, terem atualmente grande relevância para a economia mundial. Nesse sentido, a agregação de novos participantes no debate mundial sobre o desenvolvimento traz a tona uma variedade muito maior de símbolos, além de uma conjuntura político-econômica bastante diversa, que são importantes de serem considerados nas discussões sobre o tema.

Trata-se, portanto, de um momento particularmente rico de construção de novos significados e práticas adaptadas para os novos desafios que o Brasil tem pela frente. Esse ensaio tem o objetivo de retomar as idéias de Celso Furtado sobre o mercado interno de massas cotejando o processo de expansão da economia e do mercado interno, em particular, das “classes médias”, durante o período do “milagre” e a primeira década deste século. Quais as semelhanças e diferenças principais entre tais períodos? Estaríamos experimentando o início de um período longo de desenvolvimento ancorado na emergência de um mercado interno de massas?

Desenvolvimento, industrialização e desigualdade

A força do conceito de desenvolvimento está relacionada, em grande medida, a uma noção particular, ocidental, do tempo. Da noção do tempo como uma sequência linear de momentos presentes resulta diretamente a centralidade da mudança ou, num

diapásão mais otimista, a inevitabilidade do progresso, na percepção ocidental da sua passagem.⁴

Contra-pondo-se à abordagem gradualista e incrementalista da teoria tradicional e estática do equilíbrio, que resulta na indiferenciação entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômicos, emergiu a partir dos anos 40 do século passado, premido pela imperiosa necessidade de reconstrução ao final da segunda grande guerra, uma vertente analítica denominada teoria do desenvolvimento, ou desenvolvimentismo. Seu argumento central residia na consideração de que o desenvolvimento consiste em processo diferente do mero crescimento, e que poderia ser mais propriamente descrito como um processo não ergódico de mudança estrutural da economia, costumeiramente relacionado a um ou uma série de saltos descontínuos entre níveis de produção, matrizes e organizações produtivas diferentes.

A percepção do desenvolvimento como mudança, no contexto dos países periféricos, vinculou-se fortemente à industrialização, em decorrência direta da produção teórica levada a cabo, a partir do final dos anos 40, por intelectuais identificados com a Comissão das Nações Unidas para a América Latina – CEPAL. O principal deles foi o economista argentino, Raúl Prebisch.⁵

Em 1949, a convite da CEPAL, Prebisch publicou aquela que talvez seja sua maior contribuição a teoria do desenvolvimento: “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas”. Nesse artigo o autor lançou as bases da teoria da industrialização por substituição de importações e uma análise do papel e da

⁴ Em termos mais precisos nem toda mudança ou mesmo todo progresso, qualificaria como desenvolvimento. “Desenvolvimento não é equivalente a crescimento. O primeiro implica em mudança estrutural, o último é simplesmente ‘mais do mesmo’. Em termos técnicos, desenvolvimento é um processo não ergódico, onde agentes enfrentam incerteza ontológica, que não pode ser eliminada pela busca de mais informação.” (Erber, 2008: 1-2).

⁵ Nascido em Tucumán, província no interior argentino, mais de mil e duzentos quilômetros a noroeste de Buenos Aires, em 1901, Prebisch atuou longos anos, desde sua formatura como economista, no setor público argentino. Desempenhou diversas funções em várias instâncias, desde o departamento de estatísticas até o Ministério da Fazenda e da Agricultura, tendo inclusive representado o país em fóruns internacionais. Em 1948 teve sua candidatura ao “staff” do FMI recusada e terminou por emigrar para o Chile fugindo da ditadura onde integrou-se à CEPAL. Faleceu em Santiago do Chile em 1986.

dinâmica da relação de preços de intercâmbio entre os países centrais e os da periferia capitalista e sua influência negativa no desenvolvimento desses últimos.⁶

Para Prebisch os países periféricos caracterizavam-se pela heterogeneidade das suas estruturas econômicas.⁷ O setor arcaico caracteriza-se pela baixa produtividade e o moderno, que tende a ter pequena dimensão, não é capaz de produzir excedente em nível suficiente para alcançar os níveis de acumulação necessários⁸ para crescer e absorver tanto a mão-de-obra adicional produzida tanto pelo crescimento vegetativo da população quanto pela melhoria das técnicas de produção do setor arcaico. Nesse sentido, o desemprego tende a se manifestar de forma permanente, isto é, estrutural. E, portanto, a desigualdade, marcante e persistente nessas economias, decorre diretamente das suas estruturas econômicas. Era necessário, portanto, a intervenção do Estado no sentido de favorecer a expansão da acumulação e da produtividade pela industrialização, ou seja, pela transformação da estrutura produtiva no sentido da expansão do setor moderno.⁹

⁶ Sua teoria, como se poderia esperar, foi recebida com entusiasmo pelos países latino-americanos. Contribuiu decisivamente para o estabelecimento da CEPAL, instituição com a qual manteve seu envolvimento até o fim da sua vida, como um dos pólos de referência no pensamento desenvolvimentista tendo influenciado várias gerações de economistas latino-americanos, assim como, muitas das experiências de política econômica levadas a cabo no subcontinente desde a década de 50.

⁷ Formadas, em linhas gerais, por um setor arcaico de produção para a subsistência, ou de commodities agrícolas e do setor extrativista para a exportação e de um limitado setor industrial “moderno” de produção de bens de consumo para o mercado interno, forjado desde o início do século XX, principalmente a partir do período entre guerras, em surtos de industrialização periódicos, impulsionados pelo estímulo, em termos de diferenciais aumentados de preço entre a produção doméstica e a importada, decorrentes das crises de balanço de pagamentos, no processo que foi denominado de “substituição das importações”.

⁸ Salvo durante as crises de balanço de pagamentos.

⁹ Operava, portanto, mais no registro normativo do que numa perspectiva positiva da ciência. Em outros termos, utilizando, como em Erber (op cit: 7), uma abordagem lakatosiana dos diferentes programas de pesquisa, concentraram mais sua atenção no desenvolvimento de suas proposições naquilo que pode ser descrito como o cinturão periférico do seu programa de pesquisa, ou paradigmas, para usar a linguagem da representação kuhniiana da dinâmica de evolução do conhecimento científico, em detrimento do desenvolvimento dos seus princípios teóricos duros. Esse “centro” de proposições teóricas, predominantemente positivas, do paradigma desenvolvimentista “consistia principalmente de uma junção de modelos keynesianos de crescimento econômico, de modelos da linhagem do de Harrod-Domar e de críticas ao funcionamento dos mercados locais e internacionais assim como de análise históricas.” (Erber,

Ademais, como os preços dos produtos importados, majoritariamente industrializados, tenderiam a crescer relativamente aos produtos primários, que compunham majoritariamente a pauta de exportação dos países periféricos, o já parco excedente gerado pelas economias periféricas tenderia a ser transferido aos países centrais contribuindo para a heterogeneidade dos padrões de desenvolvimento. O progresso, inclusive o tecnológico, não se difundiria, portanto, de maneira progressiva do centro para a periferia nas condições de livre-comércio como se esperaria em decorrência da hipótese das vantagens comparativas. O desenvolvimento em escala inter-regional caracteriza-se, portanto, como um processo desigual de acumulação e transferência de excedente, de progresso tecnológico e, conseqüentemente, de renda.

No Brasil, o mais influente intelectual “cepalino” foi Celso Furtado.¹⁰ Em seus livros “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina” de 1966 e “Um Projeto para o Brasil” de 1968, o autor formula aquela que viria a ser conhecida como a “hipótese do subconsumo” que iria ocupar o centro do debate sobre o desenvolvimento econômico brasileiro nos anos do “milagre”. Para Furtado, nas fases mais avançadas do processo de substituição de importações, quando a indústria doméstica já contemplar a produção dos bens de consumo não-duráveis, setores em que a relação capital/produto é menor, necessitando, por isso, de investimentos de menor vulto, o processo de substituição de importações tenderá a prosseguir em setores de bens de consumo duráveis e naqueles produtores de bens de capital. Nesses setores, a relação capital/produto é sensivelmente maior. Portanto, a orientação do processo de crescimento da indústria para a expansão desses setores significa uma menor demanda por mão-de-obra por unidade de produto, assim como, por unidade de investimento. Como a oferta de mão-de-obra tende a ser elástica, influenciada tanto pelo crescimento da população quanto pela permanência de um setor arcaico de baixa produtividade, os níveis salariais tendem a se manter

op cit: 8, tradução minha). Portanto, o fórum central para tal debate, e por extensão de todo o paradigma, é a arena política, mais especificamente, a arena de debate sobre a política econômica.

¹⁰ Nasceu em Pombal, Paraíba. Morou em Recife, Pernambuco, onde concluiu o ensino médio. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Integrou a CEPAL tendo presidido o Grupo Misto CEPAL-BNDES, que elaborou estudo que serviria de base para o Plano de Metas. Foi criador da SUDENE e professor, por vinte anos, da Sorbonne. Faleceu no Rio de Janeiro em 2004.

estáveis. Assim, a redução no ritmo de absorção da mão-de-obra reduz a participação dos salários em proporção ao produto industrial. Mesmo que haja aumento na produtividade, o que é posto em dúvida pelo tamanho acanhado do mercado interno para o consumo de bens duráveis e pelas elevadas escalas mínimas de produção desses setores, esse efeito se concentrará em setores de produção em baixas escalas devido à concentração de renda. Assim sendo, a taxa de lucro tenderia a cair e a economia como um todo tenderia a crescer em ritmo mais lento.

“Em síntese: tudo se passa como se a existência de um setor pré-capitalista de caráter semifeudal em conjugação com um setor industrial que absorve uma tecnologia caracterizada por um coeficiente de capital rapidamente crescente, dessem origem a um padrão de distribuição de renda que tende a orientar a aplicação dos recursos produtivos de forma a reduzir a eficiência econômica destes e a concentrar ainda mais a renda, num processo de causação circular. No caso mais geral, o declínio na eficiência econômica provoca diretamente a estagnação econômica.” Furtado (1966: 86).

Tal hipótese influenciava positivamente a argumentação em favor de políticas distributivas. No entanto, o agravamento da concentração de renda no período imediatamente antes e mesmo durante o período do “milagre” colocou em cheque essa interpretação. Tavares e Serra (1970) sugerem interpretação diversa tanto da crise da década de 60 quanto da expansão da década seguinte. Para os autores, Furtado trabalha com categorias de resultado já que as decisões de investimento dos capitalistas não levam a relação capital-produto em consideração. Ademais, a taxa de lucro não tenderia a cair homogeneamente, como resultado de imperfeições de mercado. Furtado, também não considerou os efeitos do progresso tecnológico como poupador de capital. Nesse sentido, a relação capital-produto só aumentará como decorrência do progresso tecnológico se o aumento relativo da produtividade do trabalho for menor que o aumento relativo da dotação de capital por trabalhador. Além disso, a redução das taxas de lucro não levava em consideração a possibilidade do aumento do excedente em relação à massa dos salários.

A perda de dinamismo associada à digestão do “pacote” de investimento levado a cabo durante o Plano de Metas, limitadas pela falta de recursos para financiar novos investimentos assim como pela falta de demanda que tornasse tais investimentos rentáveis foi resolvida alterando-se “a composição da demanda – redistribuindo a renda

pessoal e seus futuros incrementos “para cima”, a favor das camadas médias e altas, e aumentando a relação excedente-salários através da compressão, até mesmo absoluta, das remunerações da massa de trabalhadores menos qualificados.” Tavares e Serra (1970: 219). Dessa forma, uma distribuição de renda mais regressiva, ao contrário do modelo de Furtado, serviu para acelerar o crescimento brasileiro durante a década de 70.¹¹

O “milagre” e a formação da classe média brasileira

Em que pese o aumento da concentração de renda,¹² os anos 60/70 produzem um excepcional crescimento da economia, em particular da indústria, e esse crescimento se reflete no comportamento do emprego urbano que cresceu 4,8% em média nos anos 60 e 6,4% nos anos 70, segundo Quadros (1985). O mesmo comportamento agregado observou-se em intensidades diferentes, é claro, nas diversas regiões em que se divide o território nacional.¹³ Nesse sentido, “seria muito equivocado não detectar o (...) impulso à mobilidade e ascensão sociais que, por assim dizer, vão tornar mais nítidos os novos contornos da sociedade que vem sendo moldada desde a década dos anos 50. A expansão

¹¹ “Tendo em vista a história dos países industrializados (particularmente a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha), Kuznets (1955) afirma que “pode-se admitir que há uma longa oscilação da desigualdade na estrutura secular da distribuição da renda: aumento nas fases iniciais do crescimento econômico, quando foi mais rápida a transição da civilização pré-industrial para a industrial; tornando-se estável durante um período, e diminuindo nas fases posteriores”. Adiante ele sugere que os países subdesenvolvidos passariam provavelmente pelas mesmas fases, com um aumento da desigualdade no início da industrialização e uma posterior diminuição da desigualdade. Essa proposição passou a ser conhecida como “lei de Kuznets da variação da desigualdade, conformando graficamente um U invertido.” Hoffmann (2001: 71). Da lei de Kuznets decorre a tanto famosa quanto criticável “teoria do bolo” do ex-ministro Delfim Neto. Mais sobre a polêmica em torno da distribuição de renda nas décadas de 60/70, assim como sobre a hipótese do subconsumo, pode ser encontrado em Hoffmann e Duarte (1972), Langoni (1973), Tolipan e Tinelli (1975) e Wells (1976), Coutinho (1980), Bonelli (1982) e Hoffmann (2001).

¹² Hoffmann (1972) estima que o índice de Gini aumentou de 0,488 para 0,574, nos anos 60 e daí para 0,584 nos anos 70. Considerando o primeiro ano da série calculada pelo Ipea, 1981. O mesmo panorama se repete considerando-se o percentual da renda apropriado pela metade mais pobre da população, que passa de 17,69% em 1960, para 13,74% em 1970 e 13,13% em 1981.

¹³ Vejam-se as várias tabelas das páginas 127 a 131 em Quadros (*op. cit.*).

da nova classe média é um dos indicadores privilegiados deste processo.” Quadros (*op. cit.*: 132).

Em sua análise, Quadros privilegia a consideração da estrutura ocupacional como “uma aproximação operacional do conceito de classes sociais nas condições vigentes em uma sociedade (e economia) capitalista avançada e complexa” Quadros (2008a: 1), tendo como referência o trabalho de Wright Mills, de 1969: “A nova classe média (white collar).” Para Mills, o desenvolvimento do capitalismo na sua passagem para o estágio monopolista, libera grandes contingentes de trabalhadores do envolvimento nas atividades diretas de produção para as atividades de administração e controle o que marca o crescimento dos trabalhadores chamados “white collars”, que formam o estrato populacional a que se refere por classe média.

No entanto, fica claro na abordagem que Quadros faz da crise de meados dos anos 70 e da recessão do início dos anos 80, um deslocamento na forma de tratar a questão do desenvolvimento. A questão àquela altura era a tendência ao encolhimento da classe média provocada pela recessão e a difusão do progresso tecnológico, a automação e informatização, tanto na órbita da produção quanto, principalmente, nas atividades das áreas administrativas. Para o autor, uma saída alternativa para a crise, que não envolvesse “a rápida supressão de postos de trabalho”, e que fosse “capaz de impor importantes condicionantes à lógica cega da acumulação do capital (...) cria[ndo] condições para a contínua elevação dos níveis de cidadania” dependeria de “um amplo arco de alianças das forças populares, que assegure a implementação das necessárias e profundas reformas.” (Quadros, 1985: 145 e 146). Ou seja, a questão do desenvolvimento deslocara-se, mesmo na opinião de um economista, para a esfera da política, dos “níveis de cidadania” e não mais dos níveis de produtividade e de acumulação.

Desenvolvimento, bem-estar e liberdade

Os anos 80 apresentaram importante inflexão no debate sobre o desenvolvimento. A longa crise econômica e política, assim como as transformações no cenário internacional, provocaram um deslocamento no debate da política econômica, da agenda do desenvolvimento para a agenda da estabilização.

A década de 90, trouxe consigo além das macro condições para a estabilização da economia, o que de fato vai ocorrer com o Plano Real, a partir de 1994, a consolidação de um deslocamento no debate sobre o desenvolvimento que já era apontado pela discussão de cunho político levada a cabo por economistas heterodoxos na década de 80, como visto acima, tomando como exemplo a conclusão da tese de doutorado de Waldir Quadros.

Desde 1990, a Organização das Nações Unidas – ONU – publica os Relatórios de Desenvolvimento Humano – RDH. Idealizados pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq¹⁴ em colaboração com o economista indiano Amartya Sen¹⁵, os RDHs introduziram o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – que procuram sumarizar num só índice, informações relativas a aspectos econômicos, como a renda *per capita*, aspectos da saúde, como a mortalidade infantil e a expectativa de vida ao nascer, e aspectos da educação, como o analfabetismo e a taxa de matrícula nos diferentes níveis de ensino. O IDH indica a importância do bem-estar para a avaliação do que se constitui o desenvolvimento.

Mais tarde, em 1999, Sen publicou “Desenvolvimento como Liberdade”. Nesse livro, o autor propõe uma nova definição para o desenvolvimento. Mais do que crescimento do PIB ou do PIB *per capita*, “das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social”, “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. (Sen, 2000: 17). Por um lado, o desenvolvimento deve ser avaliado “verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas.” Por outro lado, “a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas” já que as diferentes liberdades, como as “políticas, poderes sociais e (...) [as] condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas”, Sen (*op. cit.*: 18) inter-relacionam-se entre si reforçando-se e ampliando e melhorando concomitantemente as oportunidades econômicas. Dessa forma, o desenvolvimento não pode ser resumido por condições econômicas estando inscrito, por

¹⁴ Nascido em 1934, estudou em Cambridge. Serviu ao diretor de planejamento de políticas do Banco Mundial (1970-1982) e foi Ministro da Economia do Paquistão (1982-1988). Faleceu em 1998.

¹⁵ Nascido em 1933 em Santiniketan, cidade distante cerca de 180Km de Calcutá, no Noroeste da Índia. Ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1998 pela sua contribuição para a Economia do Bem-Estar.

definição, no âmbito da política. A mesma questão se recoloca, por razões de eficácia, já que “[a]s disposições institucionais que proporcionam [as] oportunidades [econômicas] são (...) influenciadas pelo exercício das liberdades sociais, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades.” Sen (*op. cit.*: 19).

A dinâmica econômica atual: a expansão da renda, a “nova classe média” e a estrutura ocupacional

A primeira década do séc. XXI, com o aumento das taxas de crescimento do PIB sem as grandes oscilações das duas décadas anteriores, o “stop-and-go” ou o “vôo de galinha”, como ficaram conhecidas, fizeram re-emergir o debate sobre o desenvolvimento. O estudo de Marcelo Néri, “A nova classe média” de 2008, por sua vez, contribuiu para recolocar na pauta de discussão sobre a questão da estratificação social do país. Uma série de outros estudos seguiu a mesma linha, discutindo vários aspectos da estratificação social, desde as questões relativas aos níveis de renda, até questões sobre a estrutura ocupacional, o potencial de consumo, a desigualdade da distribuição de renda, as políticas sociais de combate à pobreza e mesmo questões sobre as identificações de classe e os diferentes universos simbólicos em que a “nova classe média” estaria inserida.

Evolução da taxa de crescimento anual média do PIB por setor, per capita e da população economicamente ativa

	Total	Indústria	Serviços	Agropecuária	PIB per capita	PEA
1951-1960	7,7	9,7	6,1	4,3	4,2	2,9
1961-1970	6,2	7	6,3	3,7	3,2	2,6
1971-1980	8,6	9,3	9,4	4,7	5,8	3,7
1981-1990	1,6	0,3	2,7	2,4	-0,3	3
1991-2000	2,7	2,1	1,7	3	1,2	2,9
2001-2010*	3,6	3,3	3,3	2,9	2,4	1,9**

Fonte: Dedecca *et alli* (2004), IBGE e IPEA; Elaboração própria.

* Os dados para o ano de 2010 são estimativas do IBGE com base nas Contas Nacionais trimestrais.

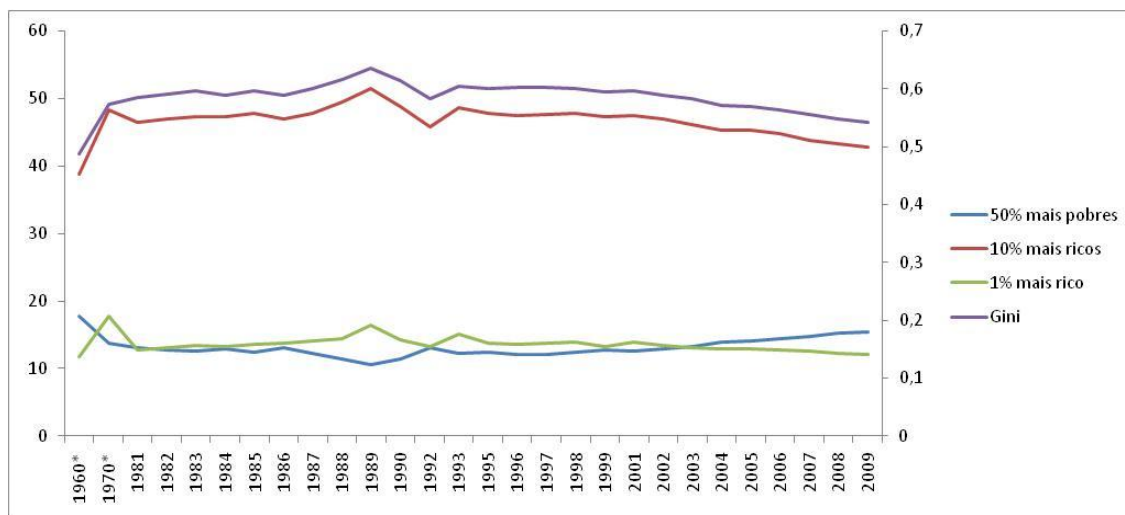
** A taxa crescimento anual da PEA para o período mais recente refere-se aos anos de 2001 a 2009.

Como pode ser visto na tabela acima, a primeira década do séc. XXI ainda esteve bastante aquém do crescimento atingido pela economia brasileira entre os anos 50 e 80

do século passado. No entanto, é visível a melhora com relação aos anos da crise e das tentativas de estabilização.

Do ponto de vista da desigualdade, como pode ser visto no gráfico abaixo, o progresso foi discreto.¹⁶

Evolução de indicadores selecionados da concentração de renda



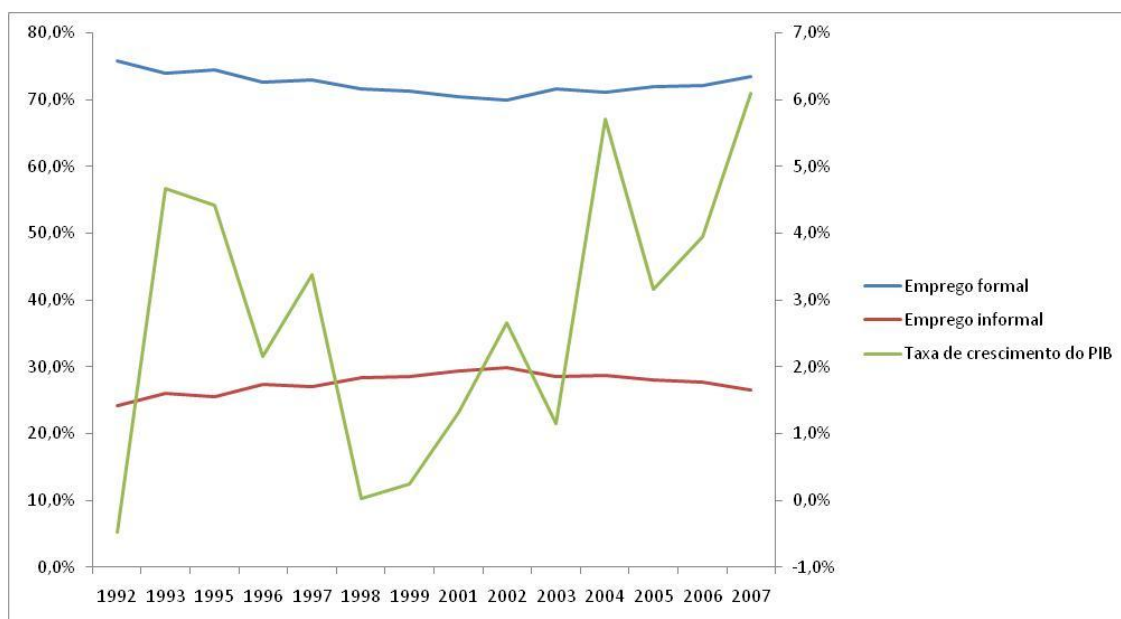
Fonte: Ipea. Elaboração própria.

* Os dados para 1960 e 1970 são estimativas de Hoffmann e Duarte (1972).

Houve progresso igualmente discreto no âmbito do mercado de trabalho. A formalização do emprego cresceu desde o início da década sem, contudo, retornar aos patamares do início da década de 90.

¹⁶ O que foi referido por Barros, Henriques e Mendonça (2000) como “a inaceitável estabilidade da desigualdade de renda no Brasil”.

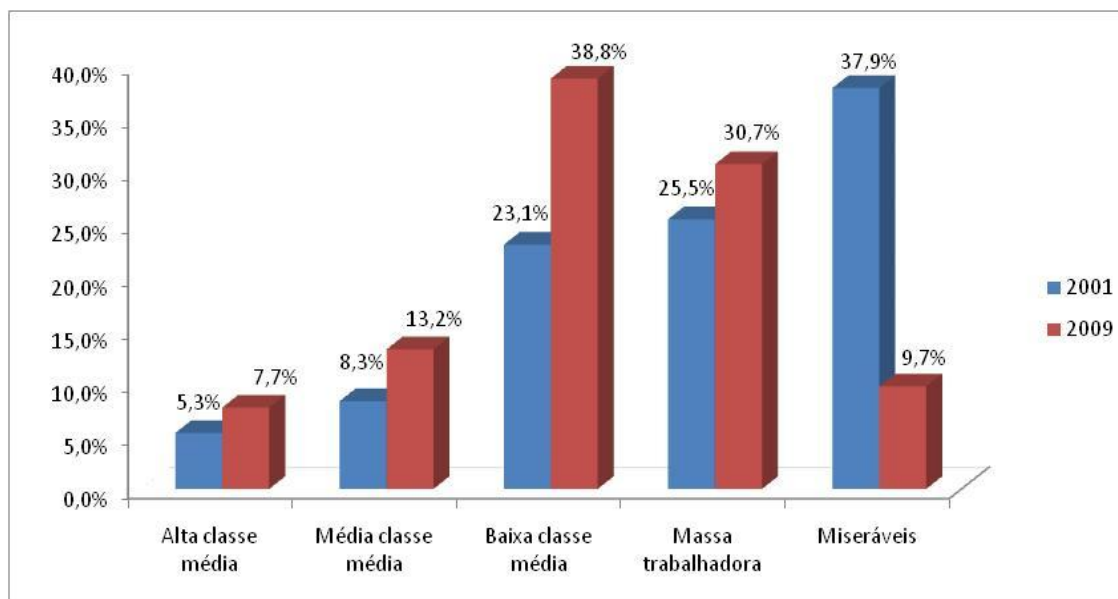
Evolução do emprego formal e informal e da taxa de crescimento do PIB



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Waldir Quadros, numa série recente de textos (2008a), (2008b), (2008c) e (2010), contribui com o debate propondo uma estratificação social própria e discutindo seus aspectos metodológicos. Como na sua tese de doutorado, citada acima, o autor concentra-se na análise da estrutura ocupacional que sustenta a evolução dos níveis de renda e, conseqüentemente, está na base da estratificação social que propõe.

Estratificação dos indivíduos que declaram rendimento



Fonte: Quadros (2008c) e (2010). Elaboração própria.

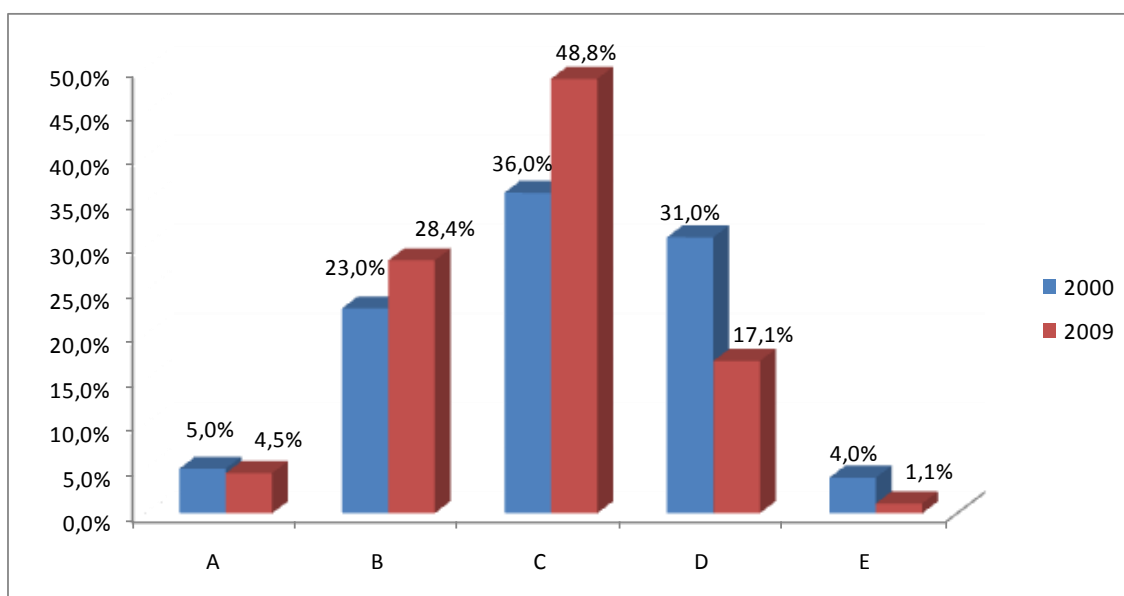
Quadros parte da declaração individual de rendimentos da PNAD. Segundo o autor, tal critério reflete melhor a melhoria de renda do que a utilização do critério de renda familiar média posto que, como o tamanho médio das famílias diminui ao longo do tempo, a renda familiar média tenderá a aumentar mesmo que o nível de renda dos seus integrantes permaneça constante. Reconhece, no entanto, que a renda declarada não deve ser tomada como um indicador seguro da renda disponível dos indivíduos e das famílias posto que a declaração de renda não coincide exatamente com a renda auferida de fato. A declaração de renda serve mais como um medidor do otimismo dos indivíduos quanto ao seu nível de renda e sua capacidade de mantê-lo no futuro.

Depreende-se claramente dos dados acima a melhora na estratificação social¹⁷, com o crescimento dos estratos da classe média, cerca de 52 milhões de pessoas a mais, em particular, da baixa classe média, cerca de 35 milhões de pessoas a mais, e a grande redução, de cerca de 46 milhões de indivíduos a menos, no estrato dos miseráveis.

¹⁷ O autor contesta, no entanto, a afirmação de que a maioria da população faça parte atualmente da classe média. Somente à alta classe média, segundo ele, pode ser conferido o status integral de classe média porque apenas naquele nível de renda é possível ter acesso ao padrão de vida identificado tradicionalmente com esta classe.

Resultado semelhante, queda nos estratos mais baixos e crescimento da classe média, principalmente da classe média baixa, nesse caso classe C, pode ser observado da estratificação realizada pela Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa, com base nos Levantamentos Sócio-Econômicos realizados periodicamente pelo IBOPE. O critério, nesse caso, é o potencial de consumo das famílias pesquisadas, auferido pela quantidade de itens de bens de consumo duráveis possuídos pelas famílias, de características do domicílio e da contratação de empregados domésticos pelas famílias. A partir da existência desses itens o domicílio é estratificado e uma renda média familiar é estimada.

Estratificação das famílias pelo critério do seu potencial de consumo



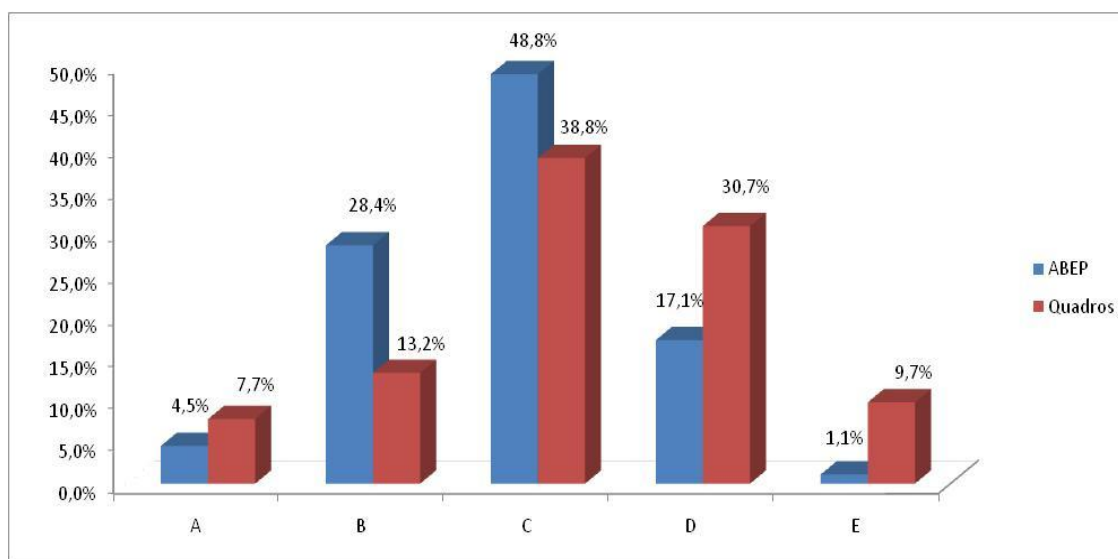
Fonte: ABEP (2003) e (2011). Elaboração própria.

À semelhança do critério da renda declarada de Quadros, houve uma redução do número de domicílios na menor faixa de renda, a classe E. No entanto, seu patamar inicial já era bem inferior do que aquele detectado na estratificação pela renda declarada. Nesse último critério, o número de domicílios na classe D diminuiu ao contrário do que foi detectado por Quadros. E quanto às classes C e B, embora tenham aumentado como no critério anterior, representam no critério da ABEP, fatias da população, cerca de 10% e 15% maiores, respectivamente, do que no critério da renda declarada. Todos esses

efeitos podem ser explicados pelo acesso ao crédito, que influencia para melhor o potencial de consumo e não tendo efeito sobre a renda declarada.

A grande divergência está na classe A, ou na alta classe média, pela terminologia adotada por Quadros. Veja o gráfico a seguir:

Comparativo entre a estratificação social pela renda declarada e pelo potencial de consumo – 2009



Fonte: Quadros (2010) e ABEP (2011).

A classe mais alta é sensivelmente menor pelo critério de potencial de consumo do que pelo critério da renda declarada. E apresenta nos dois critérios, trajetórias divergentes, aumenta em cerca de 5,7 milhões de pessoas no critério da renda declarada e diminui em cerca de 850 mil pessoas no critério de potencial de consumo. Tal diferença pode estar relacionada aos diferentes níveis de renda aos quais correspondem os diferentes estratos sociais, que são um pouco mais restritivos no caso da ABEP¹⁸, para a classe A, conforme pode ser visto na tabela abaixo.

Enquanto Quadros baseia-se na renda individual declarada e, a partir dela, determina faixas de rendimento diferentes para cada estrato social, determinando a renda média familiar pela média das rendas das famílias ano a ano obtidas pelo critério da

¹⁸ A comparação direta dos níveis de renda médios não é aconselhável, dadas as diferenças metodológicas na sua determinação.

classificação da família segundo a classificação do seu membro melhor situado, a pesquisa da ABEP, estima uma renda média familiar a partir do seu padrão de consumo.

Comparativo entre a renda estimada e declarada segundo os estratos sociais – 2009

Classe	Renda média familiar*	Renda individual declarada segundo PNAD 2008**		Renda familiar média segundo PNAD 2007** Quadros (2008c)
		Mínima	Máxima	
A	8.649	3.313	-	8.425
B	3.328	1.656	3.313	2.869
C	1.223	663	1.656	1.384
D	680	331	663	834
E	415	-	331	377

Fontes: * ABEP (2011). Pesquisa de campo realizada em 2009; ** Quadros (2008b) e (2008c). Valores atualizados para outubro de 2009. Deflator: INPC, Ipea. Elaboração própria.

Tal diferença não pode ser explicada pelo acesso ao crédito como no caso dos demais estratos. Num período em que o crédito doméstico aumentou, conforme tabela abaixo, não seria razoável esperar que tenha reduzido para os estratos mais altos de renda. Para esses, provavelmente, que teriam acesso a endividamento há muito mais tempo que os demais estratos, o crédito pode não ter aumentado na mesma proporção do que para os estratos de renda mais baixos. Mas seus níveis de consumo de bens duráveis, captados pela pesquisa, já deveriam se encontrar no patamar máximo desde antes da expansão da última década.

Crédito Bancário Doméstico (% PIB) ¹⁹

País	1960	1970	1980	1990	2000	2007	2008	2009
América Latina e Caribe	23,73	31,70	40,86	58,49	47,34	58,39	60,39	67,10
Brasil	30,77	36,80	43,04	87,63	71,86	92,24	96,91	97,48
Argentina	21,67	25,20	32,96	32,42	34,45	28,52	24,45	27,96
Chile	22,44	16,71	46,96	70,18	82,40	89,81	97,54	98,78
Uruguai	32,71	20,98	39,85	46,67	50,23	23,91	33,57	27,90
Mexico	23,88	43,55	43,76	37,34	34,10	37,59	37,40	44,09
Coréia do Sul	9,01	34,82	45,70	54,74	79,53	101,85	112,32	112,35
Tailândia	17,05	30,98	60,31	94,08	138,27	131,51	130,57	136,88
China	-	-	53,29	89,40	119,67	127,78	120,80	145,25
África do Sul	-	88,60	76,35	97,80	152,46	195,25	172,18	183,49
Índia	23,11	23,13	38,11	51,43	53,02	60,82	68,25	69,37
Rússia	-	-	-	-	24,71	25,47	25,11	33,85
União Européia	50,39	65,43	82,58	100,01	116,20	142,21	148,14	157,88
França	59,49	80,30	112,29	101,96	103,39	121,98	124,26	128,38
Alemanha	-	61,77	87,65	101,81	145,43	124,48	126,25	131,84
Itália	-	86,32	88,98	86,99	96,42	128,83	132,62	141,60
Reino Unido	44,63	49,01	36,20	118,23	130,12	188,44	211,33	228,90
Estados Unidos	105,51	118,02	120,22	150,89	198,41	242,68	219,75	230,50
Canadá	28,15	47,26	83,62	102,52	113,72	154,19	178,07	-
Japão	60,30	134,25	188,44	259,15	308,91	294,31	295,42	320,53
OECD	81,76	93,54	106,19	141,26	177,98	188,75	184,64	199,86
Mundo	75,06	85,65	93,85	130,90	159,60	160,31	153,95	169,00

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Tal diferença pode, isto sim, estar relacionada a um fenômeno induzido pelo próprio processo de melhora refletido pela passagem de parcelas expressivas da população para faixas superiores da estratificação social. A ABEP inclui no critério de aferição do potencial de consumo uma pergunta acerca da contratação de empregados domésticos. Certamente, seria de se esperar que apenas os domicílios melhor situados

¹⁹ Repare que o crédito doméstico brasileiro é bastante menor do que o dos países desenvolvidos e também do que os países que tem apresentado alto crescimento no período recente, como Coréia, Tailândia e China. A expansão do crédito segue ciclos de expansão e retração, no entanto, na presença de condições macroeconômicas favoráveis, como a economia brasileira parece projetar para o futuro, ainda há bastante espaço para a expansão do crédito doméstico. A expansão acelerada do crédito nos anos recentes, mais de 25% do PIB, reflete, menos um risco do que um grande potencial de consumo que a enorme demanda reprimida, por longos anos de instabilidade econômica, representa, principalmente entre os estratos sociais mais pobres.

tivessem empregados.²⁰ Nesse caso, a queda do estrato de classe A entre 2000 e 2009, assim como, a diferença de 3,2% a menos²¹ na comparação entre o critério da renda declarada e do potencial de consumo, podem estar relacionadas com uma possível redução na contratação de empregados domésticos pelos domicílios da classe A.

É importante notar que em ambas as metodologias o estrato que mais cresce é o de renda média baixa, ou a classe C. E o que mais decresce são os estratos inferiores, da classe D na pesquisa ABEP, e dos miseráveis, ou classe E, no critério de Quadros. Os estratos mais altos, por sua vez, ou decrescem como a classe A no critério ABEP ou têm crescimento relativamente menor como em Quadros. Em ambos os casos, a história é semelhante. Há progresso em que pese a melhora de renda e do potencial de consumo dos estratos mais pobres mas essa melhora é limitada à ascensão ao estrato de renda média baixa, ou à classe C. A explicação sugerida para tal fenômeno por Quadros (2008a) tem relação com característica da expansão econômica dos anos recentes que concentrou a geração de empregos em atividades menos qualificadas. Veja a tabela abaixo.

Estratificação Social das Ocupações

Estratos Sociais	"Colarinhos brancos" assalariados			Trabalhadores assalariados		
	Nº ocupados		Renda média	Nº ocupados		Renda média
	(mil)	%	(R\$)*	(mil)	%	(R\$)*
Alta classe média	1.737	7,0	4.260	-	-	-
Média classe média	5.508	22,1	2.057	69	0,3	2.025
Baixa classe média	16.690	67,1	903	9.254	45,4	795
Massa trabalhadora	942	3,8	559	11.022	54,0	487
Miseráveis	-	-	-	55	0,3	255
Total	24.877	100,0	1.372	20.400	100,0	631

Fonte: Quadros (2008a). Elaboração própria.

* Valores em Outubro/2007, deflator: INPC corrigido, Ipea.

²⁰ De acordo com o critério 2011, não se atribuem pontos aos domicílios que não contratam empregados, dá-se 3 pontos aos que contratam um empregado mensalista e 4 pontos aos que contratam mais de um. Os microdados dos LSEs que baseiam os diferentes critérios da ABEP não estão disponíveis. No entanto, na minha experiência pessoal na aplicação de tais questionários, que se concentrou em domicílios das classes B, C e D, em nenhum deles contratavam-se empregados domésticos. Veja Diniz (2011).

²¹ O que destoa do padrão estabelecido na comparação entre as metodologias para os demais estratos.

As duas ocupações apresentadas na tabela acima, os “colarinhos brancos” assalariados e os trabalhadores assalariados representam pouco mais da metade dos ocupados segundo a PNAD 2006. Desses, 82%, ou seja, mais de 42% dos ocupados, encontra-se nos estratos sociais de baixa renda média ou na massa trabalhadora. Visto por outro ângulo, apenas cerca de 16% apresentam renda declarada superior a R\$1.500,00, nível correspondente ao estrato de média renda média. O exemplo serve ao propósito de demonstrar os tipos de ocupação que mais e menos cresceram no período recente.

Principais ocupações por categoria e estrato social

Categoria	Estrato social	Principais ocupações	Nº ocupados (mil)	Renda Média (R\$)*
Colarinhos brancos assalariados	Alta Classe Média	Professores do Ensino Superior	208	4.290
		Serventuários da Justiça e Afins	206	3.010
		Contadores e Auditores	182	3.644
		Médicos	164	6.488
		Analistas de Sistemas	151	3.188
	Média Classe Média	Gerentes	1.498	2.357
		Professores do Ensino Médio e afins	590	1.208
		Policiais	447	1.670
		Supervisores de Serviços Administrativos	442	1.569
		Diretores	365	2.623
		Advogados	198	2.679
		Enfermeiros e afins	130	2.352
		Assistentes Sociais e afins	108	1.521
	Técnico em Contabilidade	102	1.697	
	Baixa Classe Média	Vendedores, Representantes comerciais e afins	4.255	752
		Secretários, Recepcionistas, Auxiliares e Técnicos administrativos e afins	5.150	879
		Professores do Ensino Fundamental e da Educação Infantil	1.734	1.114
		Agentes da Saúde, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e afins	893	922
		Vigilantes e Guardas de Segurança	501	837
Supervisor da Construção Civil		327	938	
Operador de Telemarketing		266	670	
Técnico em Eletrônica		183	1.135	
Motoristas, Cobradores, Fiscais e afins		2.204	908	
Guardas e vigias		1.073	692	
Serralheiro, Soldador, Marceneiro e afins		693	749	
Pedreiros		523	607	
Mecânicos		499	657	
Serviços de Higiene e Embelezamento		314	655	
Trabalhadores Assalariados	Massa Trabalhadora	Manutenção predial	2.487	495
		Cozinheiros, garçons, barmen e afins	1.758	511
		Ajudantes construção civil	1.202	383
		Costureiros (inclui calçados)	867	507
		Comércio (reposição, estoques, embalagens e afins)	735	507
		Outros do setor de serviços	671	427
		Estivadores	638	508
		Padeiros, doceiros e afins	292	552
		Office boys	265	485
		Ambulantes	148	315
		Domésticas	132	540

Fonte: Quadros (2008a). Elaboração própria.

* Valores em Outubro/2007, deflator: INPC corrigido, Ipea.

A tabela acima exemplifica a estrutura ocupacional brasileira nos anos recentes. Aponta, ainda, a partir dos postos de trabalho que a economia foi capaz de gerar os limites da melhora no padrão da distribuição de renda. O fato é que as ocupações criadas

concentram-se em atividades menos remuneradas, ao passo que as atividades melhor remuneradas permanecem restritas.²²

Nas palavras do sociólogo Jessé de Souza:

“Ao contrário da classe média real, por outro lado, eles [a nova classe média] possuem pouco capital cultural incorporado, o que a faz portadora de um estilo de vida e de um padrão de consumo que nada tem a ver com a classe média estabelecida. Eles parecem ser muito mais a nova classe trabalhadora do capitalismo flexível, que super-explora sua mão de obra aqui, na Índia, na China e em outros países emergentes sem sequer ter gastos com controle e supervisão do trabalho. O regime de trabalho é como se fosse o de uma grande fábrica a céu aberto, sem capataz nem supervisor, já que o próprio trabalhador pensa ser autônomo e livre.” Bava (2010).

À guisa de conclusão: perspectivas para o futuro, o super ciclo das *commodities*, o sistema nacional de inovação e o mercado interno de massas

O momento atual é bastante favorável para o país. Milhões de pessoas foram libertadas da miséria. Embora ainda restem mais de 16 milhões de pessoas nessa condição, segundo projeções, a pobreza extrema pode ser erradicada nos próximos 4 anos, o que figura entre os principais objetivos do Governo.

Além disso, o que vem sendo referido como o “efeito China”²³ ou “super ciclo das *commodities*”,²⁴ veja gráfico abaixo, tem contribuído para que a balança comercial siga razoavelmente equilibrada apesar da valorização acentuada do Real em relação às moedas estrangeiras, principalmente o dólar americano.²⁵

²² A referência aos baixos níveis educacionais da população como causador da estrutura ocupacional inverte o sentido de determinação. O investimento na melhora da educação não gera novos postos de trabalho, senão de professores. Se o nível de educação aumentar sem que novos postos de trabalho qualificados sejam criados pelo processo de expansão da economia, trabalhadores mais qualificados ocuparão postos de trabalho destinados a pessoas menos qualificadas. Veja sobre o assunto a matéria de capa do caderno “Boa Chance” do dia 19 de junho de 2011 que dá conta de parcela expressiva dos pontos de trabalho de nível médio sendo ocupados por profissionais que possuem diploma de nível superior.

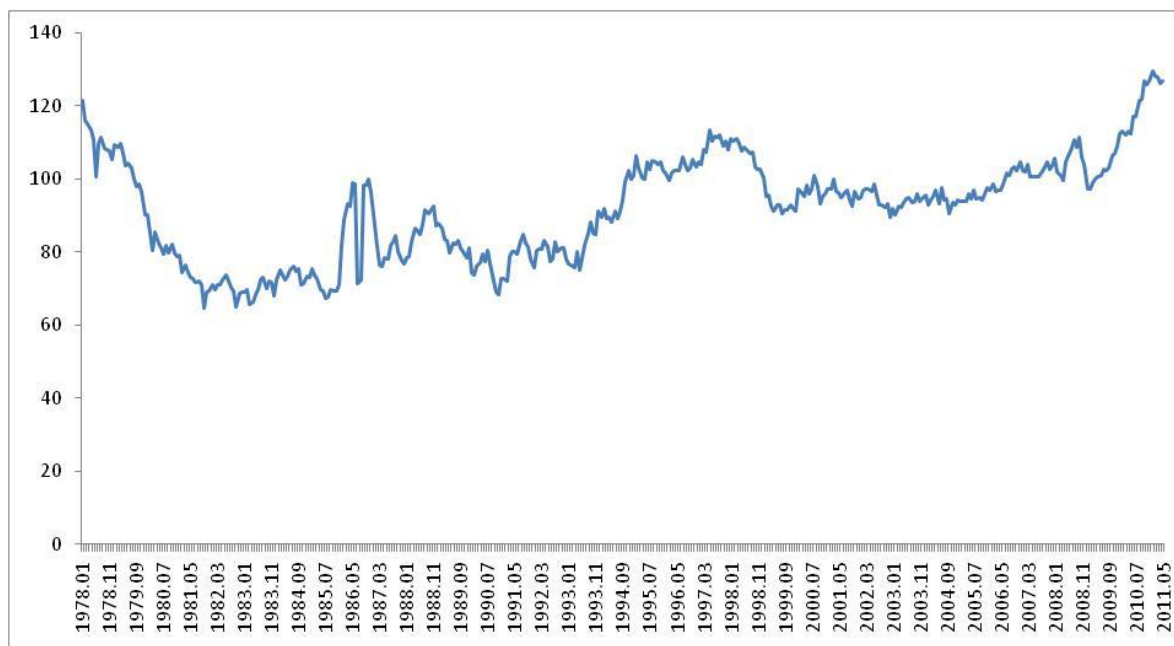
²³ Como em Jenkins (2011): “El “efecto China” em los precios de los productos básicos y em El valor de las exportaciones de América Latina”, Revista CEPAL, nº 103, abril 2011.

²⁴ Como na revista EXAME de agosto de 2007: “o super ciclo das *commodities*”.

²⁵ Valorização de 11,4% desde janeiro de 2000 até o presente e de quase 60% considerando o maior valor atingido na década, em setembro de 2002.

Desde a crise de 2008, as taxas de juros internacionais se encontram em níveis historicamente baixos e, devido ao longo processo de digestão dos ativos financeiros atingidos pela mudança de expectativas suscitadas pela crise, não se projeta seu aumento substancial, pelo menos no futuro próximo.

Evolução do índice dos termos de troca (média 2006 = 100)



Fonte: Funcex. Elaboração própria.

Mas nem tudo são flores. Os indicadores do comércio exterior indicam um crescimento da dependência das exportações brasileiras dos bens primários revertendo a tendência à redução que se observou ao longo do séc. XX. De um patamar na casa dos 20% na década de 90, passou a casa dos 30% em meados da primeira década deste século, segundo Medeiros (2008: 241), já chega aos 40% em 2009, conforme tabela abaixo. Os níveis de preço dos produtos básicos cresceram mais que o dobro do volume exportado. E o mais preocupante, o volume do total das exportações caiu no período de 2007 a 2009, quicá sob o efeito da valorização cambial, apesar do índice de preço das exportações totais ter subido.

Evolução da participação dos bens primários sobre o total exportado e dos índices de quantum e de preço

Ano	Básicos/Total	Índice de quantum		Índice de preço	
		Básicos	Total	Básicos	Total
2006	29,2%	100	100	100	100
2007	32,1%	111,8	105,5	114,5	110,5
2008	36,9%	112,1	102,9	161,8	139,6
2009	40,5%	115,3	91,8	133,4	120,9

Fonte: Funcex - Boletim de Comércio Exterior - Ano XIV, N° 1, janeiro de 2010.

Elaboração própria.

Além disso, como foi visto acima, a estrutura das ocupações demonstra uma concentração na geração de postos de trabalho menos qualificados o que reflete, não só a insatisfatória evolução dos serviços públicos, que geram majoritariamente postos de trabalho de estratos mais altos de renda, como médicos e professores²⁶, assim como o desempenho aquém do se poderia esperar do emprego na indústria e nos setores mais avançados dos serviços.

Não vivemos mais, portanto, alguns dos dilemas que influenciaram a geração desenvolvimentista que constituiu a CEPAL. No entanto, algumas de suas considerações podem iluminar o pensamento sobre o desenvolvimento atual.²⁷

Por um lado, se a questão das escalas mínimas de produção arrefeceu como limitante da industrialização em conjunção com mercados internos pequenos, pela influência do aumento da produtividade proporcionado pela eletrônica embarcada tanto nos bens de capital quanto nas rotinas e técnicas de controle e pelo avanço das tecnologias de comunicação. Por outro lado, o desenvolvimento da própria tecnologia, que é central para o processo de acumulação,²⁸ depende da dimensão e pujança dos mercados internos.²⁹ Mesmo a absorção de tecnologia estrangeira depende do

²⁶ O investimento na reestruturação dos serviços públicos teria dois efeitos positivos: gerariam postos de trabalho qualificados e, ao mesmo tempo, diminuiriam o custo, aumentando o acesso a esses bens e serviços para as camadas mais pobres da população que não tem condição de adquiri-los de fornecedores privados de qualidade.

²⁷ Articular conceitos da Economia da Inovação com a Economia do Desenvolvimento Cepalina é uma proposta central da Redesist – Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. Mais sobre essa perspectiva pode ser encontrado em Cassiolato e Lastres (2008).

²⁸ Veja, por exemplo, Freeman (1987).

²⁹ Veja, por exemplo, o caso da Tata Motors indiana, que em resposta a crise de 2008, desenvolveu e lançou um automóvel, o Nano, conhecido como “o carro mais barato do mundo”, voltado para as classes

desenvolvimento pelo sistema nacional de inovação das capacitações necessárias à sua manipulação e da articulação de conhecimentos, tácitos na sua maioria, que só a proximidade³⁰ pode produzir.

Quadros (2010: 5) recomenda implementar “condições econômicas mais avançadas (...) que criariam oportunidades para a alta e a média classe média, ou seja, postos de trabalho mais qualificados e melhor remunerados.” De tal forma a romper “os obstáculos que impedem que a mobilidade social avance vigorosamente para além da baixa classe média”. Nesse sentido, poder-se-ia aduzir, juntamente aos neo-schumpeterianos da economia das inovações o investimento em ações que redundassem no maior enraizamento do desenvolvimento, na absorção e desenvolvimento de progresso técnico, mesmo no âmbito das indústrias tradicionais, haja vista os exemplos bem-sucedidos da Embrapa e da Petrobras.

A importância do mercado interno, do local, ressurge nesse panorama como base para a acumulação e desenvolvimento de conhecimento técnico que poderá aumentar a competitividade e expandir tanto a indústria quanto os serviços mais avançados e gerar os postos de trabalho mais qualificados que permitiram o país aproveitar melhor o momento favorável, alcançar níveis mais satisfatórios de desenvolvimento e reduzir sua ainda persistente e inaceitável desigualdade.

Referências bibliográficas

ABEP “**Critério de Classificação Econômica Brasil**”, 2011.
<http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=301>

ABEP “**Critério de Classificação Econômica Brasil**”, 2003.
<http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=302>

ascendentes indianas. A China, por sua vez, tem orientado seu planejamento para iniciativas da economia “verde”, isto é, com baixa geração de carbono, o que responde a uma necessidade interna, assim como, uma oportunidade de desenvolver tecnologia de ponta no cenário internacional. Veja, por exemplo, o China Human Development Report 2009/2010.

³⁰ Na forma de relações duradouras, com fornecedores, competidores, consumidores, assim como, universidades e centros de pesquisa. Mais sobre o tema pode ser encontrado em Cassiolato e Lastres (1999) e (2005).

BARROS, R. P., HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. **“A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil”** In: HENRIQUES, R. (org.) **“Desigualdade e pobreza no Brasil”**. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

BAVA, S. C. **“Uma Nova Classe Social”**, entrevista com Jessé de Souza, *Le Monde Diplomatique* Brasil, n° 40, Nov/2010.
http://diplomatique.uol.com.br/edicoes_anteriores_det.php?edicao=40

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **“Inovação, globalização e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico.”** In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Eds.) **“Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais do Mercosul.”** Brasília:IBICT/MCT, 1999.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **“Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política.”** São Paulo *Perspectiva*, v. 19, n.1, p.34-45, jan./mar. 2005.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **“Discussing Innovation and Development: Converging points between the Latin American school and the Innovation Systems perspective.”** Globelix Working Papers Series n° 08-02, 2008.

COUTINHO, M. **“Distribuição de renda e padrões de consumo: alguns autores em torno da tradição cepalina”**, *Ensaio FEE*, v.1, n°1, 1980.

DEDECÇA, C. S. et alli **“Mudanças na Distribuição de Renda Individual e Familiar no Brasil”**, I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, 2004.

DINIZ, E. J., **“Histórias de Mudança Religiosa: identidade e pertencimento na Congregação da Igreja do Nazareno em Ricardo de Albuquerque”**, Dissertação de mestrado apresentada ao Depto de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, 2011.

ERBER, F. S., **“The Evolution of Development Conventions”**, XII ISS – International Joseph A. Schumpeter Society Conference, Rio de Janeiro, 2008.

FREEMAN, C. **“Technology Policy and Economic Performance: Lessons from Japan”** Pinter: Londres, 1987.

FURTADO, C. **“Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina”**, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1966.

FURTADO, C. **“Formação econômica do Brasil”**, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967.

FURTADO, C. **“Um projeto para o Brasil”**, Rio de Janeiro, Editora Saga, 1968.

HOFFMANN, R. **“Distribuição de renda e crescimento econômico”**, *Estudos Avançados* 15 (41), 2001.

HOFFMANN, R. e DUARTE, J. C. **“A distribuição da renda no Brasil”**, Revista de Administração de Empresas, v. 12, n. 2, p. 46-66, jun. 1972.

JENKINS, R. (2011): **“El “efecto China” em los precios de los productos básicos y em el valor de las exportaciones de América Latina”**, Revista CEPAL, nº 103, abril 2011.

LANGONI, C. G. **“Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil”**, Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1973.

MEDEIROS, C. A. **“Os Dilemas da Integração Sul-Americana”**, Rio de Janeiro - Centro Internacional Celso Furtado, Cadernos do Desenvolvimento vol. 3 (5), Dezembro 2008.

QUADROS, W. **“Brasil: um país de classe média?”**, Le Monde Diplomatique Brasil, nº 40, Nov/2010. http://diplomatique.uol.com.br/edicoes_anteriores_det.php?edicao=40

QUADROS, W. **“A evolução da estrutura social brasileira: Notas metodológicas”**, TD IE/Unicamp nº 147, nov/2008a.

QUADROS, W. **“A evolução da estrutura social brasileira”**, TD IE/Unicamp nº 148, nov/2008b.

QUADROS, W. **“Estratificação social no Brasil: o “efeito demográfico””**, TD IE/Unicamp nº 151, nov/2008c.

QUADROS, W. **“A Nova Classe Média brasileira: 1950 – 1980”**, Tese de doutorado apresentada ao IE/Unicamp, 1985.

RAPOSO, E. V., **O Leviatão Ibérico - modernidade, corporativismo e desigualdade na formação institucional brasileira**, Desigualdade e Diversidade Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, v. 2, p. 59-77, Rio de Janeiro, 2008.

RIBEIRO, G. L., **Diversidade Cultural enquanto Discurso Global**. Revista Desigualdade e Diversidade. Revista do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2008.

SEN, A. **“Desenvolvimento como Liberdade”**, São Paulo: Cia das Letras, 2000.

TAVARES, M. C. e SERRA, J. **“Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil”** in: SERRA, J. (coord.) **“América Latina, ensaios de interpretação econômica”**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

WELLS, J. R. **“Subconsumo, tamanho de mercado e padrões de gastos familiares no Brasil”** São Paulo, Estudos Cebrap, 17, 1976.